

**Notas e informações***Samuel - discurso*  
**Escalada retórica**

O presidente José Sarney continua se-meando sua trajetória política de frases de efeito, as quais, no entanto, são estranhamente prenhes de conteúdo — dir-se-ia até — nesta semana consagrada aos prêmios Nobel — cheias de trinitrotolueno. A última foi proferida durante sua conversação com o presidente Mitterrand: o Brasil não deseja transformar sua dívida externa num ponto de conflito ideológico entre Leste e Oeste. É difícil atinar com o real sentido dessa frase; e a dificuldade aumenta se se atentar para a circunstância em que foi empregada — nesse caso, ela só pode ter um sentido: *o Brasil não quer usar sua dívida externa como fator no conflito Leste—Oeste.*

Estamos diante de uma advertência ou de uma ameaça? Teriam os conselhos de Fidel Castro aos países devedores penetrado, ainda que superficialmente, nas mentes daqueles que decidem no Brasil? Ou se está mais uma vez diante da retórica utilizada para impressionar os basbaques que pensam que o comércio internacional do Brasil é feito apesar das normas da *ortodoxia* econômica, contra a qual o presidente se levantou no discurso de saudação ao presidente da França? Qualquer que seja a interpretação que se dê à frase em apreço, ela indica, desde que conjugada com o discurso de saudação ao chefe de Estado francês, que o presidente Sarney está tornando sua fala cada vez mais ruidosa, mais pungente e mais reivindicatória e menos disposta a traduzir a aceitação das pesadas responsabilidades que recaem nos ombros daqueles a quem cabe levar a recuperação da economia a termo.

Ao expressar seu desejo de não transformar a dívida externa em assunto ideológico no conflito Leste—Oeste bem como ao proclamar sonoramente que a ordem econômica é imposta ao Brasil, que os contratos que regem a dívida externa são leoninos, que a ortodoxia das leis de mercado conduz à miséria do povo brasileiro, que seu governo não deseja a confrontação, mas tudo fará para defender os interesses brasileiros, o presidente parece indicar que

admite como verdadeira a tese segundo a qual a comunidade financeira internacional quer forçar-nos a sacrifícios, os quais o País recusa porque seu governo já disse *não à recessão e não à miséria.*

É possível que tudo não passe de retórica, de discursos de saudação à espera de apoio igualmente retórico. Se assim for, pode o presidente entregar-se à irreprimível vocação beletrista, enquanto os técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco Central cumprem a difícil tarefa de negociar com os defensores da ortodoxia. O problema que se deve ter presente, no entanto, é que, quanto mais a retórica do presidente da República aproximar-se do ponto de ruptura e do confronto, menos liberdade de ação terão os negociadores; quanto mais o presidente disser que os contratos são leoninos (nulos, portanto, de acordo com as boas normas do Direito, porquanto *fraudulentos e dolosos*), sem reconhecer a responsabilidade que, ao assiná-los, cabe aos governos Geisel e Figueiredo, menos possibilidade de discussão franca e leal terão o ministro da Fazenda e o presidente do Banco Central. O presidente sabe — e nisso reside o perigo da escalada da retórica — que o Brasil pode forçar as negociações a se tornarem *políticas*, colocando tais e tamanhos empecilhos no caminho das conversações que os banqueiros internacionais e o FMI não terão alternativa senão reconhecer que o Brasil, por motivos de política interna, não quer pagar sua dívida. Essa seria a decisão *política* que se introduziria no contencioso, a qual deixaria Castro satisfeito e acrescentaria mais uma dificuldade no conflito Leste—Oeste.

Em política internacional, a escalada retórica só pode terminar de um modo: ou o ridículo das “advertências sérias” que Mao Tsé-tung dirigia aos Estados Unidos, ou a decisão de jogar o tudo pelo tudo que estava presente na advertência de Kennedy a Kruchev para que não enviasse armamento nuclear a Cuba. Em que sentido deseja o presidente José Sarney que se interprete a sua especial escalada? S. exa. sabe que a

França pouco poderá fazer para auxiliar o Brasil a crescer 5% ao ano, pagando juros da dívida e evitando a inflação. A inflação é problema cuja solução depende da decisão política do governo de reduzir o déficit público (haverá alguém que se levante contra o *contrato leonino* pelo qual a burocracia das estatais manda no Estado?); as condições do comércio internacional, hoje, dependem, mais do que da boa disposição do presidente Mitterrand, da capacidade do presidente Reagan de vencer o poderoso *lobby* que as indústrias de segunda onda e algumas de terceira estão acionando no Congresso norte-americano para impor restrições ao comércio com Brasil, Coreia do Sul, Formosa e a própria China continental.

O presidente Sarney deverá regular a escalada de sua retórica tendo em mente que se o crescimento de 5% ao ano é para seu governo um ponto de honra — e para isso as condições de pagamento da dívida externa devem mudar —, o crescimento de 2% da economia norte-americana este ano causa calafrios a deputados, senadores e industriais norte-americanos. Não será com palavras que se modificará essa situação, que já não é de política internacional, mas de política interna norte-americana.

Uma última observação a respeito do discurso presidencial. As palavras, dizia Brochado da Rocha, têm conteúdo e consequência. Teria pensado, o sr. José Sarney, no fato de que, para deixar de ser personagem passivo no mundo e ocupar o espaço que é dele por seu peso específico, compartilhando — como afirmou o presidente — “das responsabilidades mundiais”, o Brasil pelo menos deve aparelhar sua Marinha, para não falar no reequipamento estratégico da Força Aérea e do Exército, além de respeitar as leis da economia mundial? País nenhum assume suas responsabilidades na cena mundial se não honra os compromissos subscritos pelo Estado que o representa. Ora, esses compromissos não se resgatam com retórica, mas com sacrifícios — começar pelos eleitorais.